



GOVERNO DE SERGIPE

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - ADEMA

LICENÇA DE INSTALAÇÃO

No: 149/2014

EMPRESA/EMPREENDEDOR: LUIZ CARLOS FONTES E CIA LTDA. ME

C.N.P.J / CPF: 12920313000147

ATIVIDADE LICENCIADA: COMÉRCIO E VAREJO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS, REVENDA DE LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES E LANCHONETE.

ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO/EMPREENDEDOR: RUA TOBIAS BARRETO, CONVENIENCIA, ITABAIANINHA, SE

ESTA LICENÇA AUTORIZA A REALIZAR A IMPLANTAÇÃO, OBSERVANDO AS SEGUINTE CONDICOES:

1. Esta Licença refere-se à implantação de Posto Revendedor de combustíveis com a atividade de comércio e varejo de combustíveis líquidos, revenda de lubrificantes para veículos automotivos e lanchonete, com SASC – Sistema de Armazenamento de Combustíveis de 30.000 l, no município de Itabaianinha.
2. Esta Licença deverá ser encaminhada para publicação em conformidade com a Resolução Conama nº 06/86, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua expedição, devendo em seguida ser encaminhada cópia das publicações a Adema.
3. A empresa deverá requerer a renovação da Licença de Instalação, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do prazo de validade desta licença.
4. As recomendações constantes do Estudo de Análise de Risco – EAR, revisão 01, apresentado pelo empreendedor deverão ser implantadas conjuntamente com o projeto executivo do empreendimento.
5. A empresa somente poderá operar as instalações após emissão pela Adema da respectiva Licença de Operação, que será fundamentada nas vistorias efetuadas no local.
6. Para a realização das vistorias que tratam o item anterior, a empresa deverá requerer a emissão da Licença de Operação, comunicando à Adema, por escrito, a data do término das obras de implantação do Posto Revendedor de combustíveis e do sistema de tratamento dos despejos sanitários e oleosos, cujas unidades deverão estar abertas, com o objetivo de compatibilizar o projeto aprovado.

7. Por ocasião da solicitação de Licença de Operação, a empresa deverá apresentar à Adema os seguintes documentos:
 - Plano de manutenção dos equipamentos e sistemas.
 - Plano de respostas a incidentes contendo: comunicado de ocorrência, ações imediatas previstas, articulação institucional com os órgãos competentes.
 - Programa de treinamento de pessoal em: operação, manutenção, e resposta a incidentes.
 - Relatório dos testes de estanqueidade do tanque do SASC – Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustíveis, como também das linhas de carga e descarga, acompanhada da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica.
 - Cópia da Nota Fiscal de aquisição do tanque do SASC.
 - Relatório circunstanciado com ensaios fotográficos das fases de instalação do empreendimento, com ênfase ao tanque e linhas do SASC, parede corta-fogo, instalações elétricas e prevenção e combate a incêndio.
8. Para a implantação do tanque do SASC só será admitido o de paredes duplas (ecológico).
9. O sistema SASC deverá ser implantado de acordo com o Projeto SASC – Planta Baixa e Detalhamento – folha 01/01 – Rev. 01 – março/2014, com sistema informatizado em tempo real de controle de estoque de combustíveis, monitoramento automático intersticial de identificação de vazamento no tanque, sistema de recuperação dos gases dos respiros dos tanques e descarregamento a distância de combustíveis.
10. As tubulações do sistema SASC deverão ser encamisadas em PEAD, 100 a 150 DIN, com materiais a prova de explosão e incêndio.
11. As áreas de abastecimento, armazenamento e descarregamento à distância de combustíveis deverão ter piso impermeável e de alta resistência, com canaletes de drenagem de efluentes interligados ao sistema de tratamento de efluentes oleosos.
12. A empresa deverá instalar 03 (três) poços de monitoramento de VOC – Compostos Orgânicos Voláteis, conforme Projeto Poços de Monitoramento – Planta Baixa – Localização Poços Monitoramento - folha 01/01 – Rev. 01 – dezembro/2013.
13. O sistema de tratamento de efluentes sanitários a ser instalado deverá ser constituído de caixa de gordura, fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro, conforme Projeto de Efluentes Oleosos e Sanitários – Planta Baixa - Detalhes - folhas - 01/02 e 02/02 – Rev. 01 - Março/2014.
14. O sistema de tratamento de efluentes oleosos a ser instalado nas áreas de abastecimento e, armazenamento/d Descarregamento de combustíveis deverá ser constituído de canaletes de drenagem, caixa retentora de areia, caixa separadora de água e óleo, e sumidouro, conforme Projeto de Efluentes Oleosos e Sanitários – Planta Baixa - Detalhes - folhas - 01/02 e 02/02 – Rev. 01 - Março/2014.
15. A construção e montagem do empreendimento deverá ser de acordo com o Projeto: arquitetônico composto das seguintes plantas; Projeto Arquitetônico – folhas 01/02 e 02/02 – Rev. 01 - dezembro/2013.
16. As instalações elétricas deverão ser de acordo com a NBR n°17.505-6 a prova de explosão e incêndio.
17. O sistema de drenagem das águas pluviais deverá ser totalmente independente de qualquer outro sistema, conforme Projeto Drenagem Águas Pluviais – Planta Baixa - folhas - 01/01 – Rev. 01- dezembro/2013.
18. Qualquer alteração na titularidade do empreendimento ou em seus equipamentos ou sistemas deverá ser comunicada a Adema, com vistas à atualização na Licença Ambiental.
19. Qualquer situação de emergência relativa às obras de implantação e outras condições estabelecidas nesta licença, deverá ser comunicada a Adema dentro de 24 horas seguintes ao fato, com descrição das causas e providências tomadas para sua correção, não isentando o empreendimento da aplicação das penalidades cabíveis.

20. A empresa responderá civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde e ao meio ambiente em decorrência do uso inadequado desta licença.
21. As matérias-primas de origem mineral a serem utilizadas no empreendimento deverão ter procedência de jazida devidamente licenciada no órgão ambiental competente.
22. Durante a execução das obras de implantação, o empreendedor deverá manter cópias em suas dependências das licenças das jazidas fornecedoras de matérias-primas, bem como desta Licença.
23. Os resíduos sólidos da construção civil gerados pela execução da obra de reforma e ampliação deverão ter destinação segundo a Resolução Conama nº 307/02.
24. Quaisquer alterações que porventura venham ocorrer no momento da execução das obras de implantação, relativas ao projeto aprovado, deverão ser previamente apresentadas à Adema para a devida análise.
25. O não cumprimento das condições estabelecidas nesta licença implicará na aplicação das penalidades previstas na Legislação Ambiental vigente.
26. Esta licença não exclui nem substitui outras Licenças exigidas pelas Legislações Federal, Estadual e Municipal com jurisdição na área.
27. A Adema, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente Licença, quando ocorrer:
 - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.
 - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a Licença.
 - Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
 - Superveniência de normas técnicas e legais sobre o assunto.

A aceitação desta licença está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.adema.se.gov.br>>

Licença emitida com base na Lei Estadual Nº 5.057, de 07 de Novembro de 2003, Artigo 4º, Inciso VIII.

Emitida às 13:03:00 do dia 02/06/2014 <hora e data de Brasília>.

Conforme Processo ADEMA 2014-001186/TEC/LI-0046 e Parecer Técnico PT-11204/2014-1168

Válida até 02/06/2015

Código de controle da licença: 708b1e7cc02a5b7916712ee156668726

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Decreto Nº 6.514/2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas quem:

II - deixa de atender a condicionantes estabelecidas na licença ambiental.